



Anais da Assembléia

N. 131

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 112.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ferrari Júnior e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Êmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliese, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM 212/85

Curitiba, 18 de novembro de 1985
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 29 de outubro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização

Energética - PME/Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado, em exercício
À Diretoria Legislativa

MENSAGEM 213/85

Curitiba, 18 de novembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do termo de re-ratificação, firmado em 27 de setembro de 1985, ao convênio celebrado em 26 de junho de 1981 entre o Estado do Paraná e os Municípios do Eixo Londrina-Maringá- METRONOR, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAM-MEPAR, objetivando a alteração das suas cláusulas terceira e quarta.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado, em exercício
À Diretoria Legislativa

MENSAGEM 214/85

Curitiba, 19 de novembro de 1985.
Senhor Presidente

Em aditamento ao anteprojeto de lei submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, através da Mensagem n. 184/85, de 26 de setembro de 1985, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência as anexas novas propostas que me foram enviadas pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, conforme Ofícios ns. 282/85 e 293/85, para que suas normas sejam inseridas no corpo do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Tais alterações versam basicamente sobre a criação da comarca de Guaratuba, elevação da comarca de Cascavel para entrância final e disciplinamento dos Juizados de Pequenas Causas.

Na certeza de que a medida legal pro-

posta à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Of. n. 282/85-GP

Curitiba, 11 de outubro de 1985.

Senhor Governador.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins de direito, anteprojeto aprovado em sessão do tribunal Pleno, realizada em 28 de junho último, que altera dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO

Presidente do tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera dispositivos da lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências.

Art. 1.º - Os dispositivos adiante enumerados, da Lei 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pelas Leis ns. 7.461, de 16 de junho de 1981, 7.625, de 5 de julho de 1982 e 7.878, de 04 de julho de 1984, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art.220.

Parágrafo único: Ao Juizado Especial de Pequenas Causas compete o processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico, na forma da Lei Federal n. 7.244, de 7 de novembro de 1984.

Art.235.

I -

h) cento e quatro (104) oficiais de justiça

i) trinta e cinco (35) auxiliares de Cartório

j) um (01) Escrivão de Juizado Especial de Pequenas Causas".

Art. 2.º O Juizado de Pequenas Causas na Comarca de Curitiba será exercido por Juiz de Direito Substituto designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Nas demais Comarcas, cumulativamente:

I - pelo Juiz de Direito da Vara Privativa de Menores e Família, nas Comarcas onde houver;

II - pelo Juiz de Direito Criminal, nas Comarcas de entrância intermediária onde não houver Vara Primitiva de Menores de Família;

III - pelo Juiz de Direito nas Comarcas de Vara única.

Art. 3.º. A Escrivania do Juizado Especial de Pequenas Causas da Comarca de Curitiba será exercida por escrivão, bacharel em direito, admitido pela forma legal de preenchimento.

Parágrafo único: Nas demais Comarcas essa escrivania será exercida, cumulativamente, pelos escrivães das varas referidas no artigo anterior, ns. I e II e, nas Comarcas de vara única, por escrivão designado pelo respectivo Juiz titular.

Art.4.º. Os conciliadores e árbitros de que trata a Lei Federal n. 7.244, de 7 de novembro de 1984, serão escolhidos e designados pelos respectivos Juizes titulares, exceto na Comarca de Curitiba cujas designações são do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. As funções de árbitro e de conciliador poderão ser exercidas por única pessoa, preenchidos os requisitos legais.

Art.5.º. O horário de funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas nas Comarcas de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Paranaguá, Guaraçuva e Foz do Iguaçu será o do foro em geral, devendo as sessões de conciliação e arbitramento realizar-se no período noturnos. Nas demais Comarcas, conforme determinar o respectivas Juiz titular.

Art.6.º. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, através de resolução, estabelecerá as Câmaras de Recursos oriundos dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, bem como suas competências e demais providências correlatas.

Art.7.º. A Corregedoria da Justiça baixará provimento estabelecido os valores das custas de preparo dos recursos interpostos das decisões proferidas pelos Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Art.8.º. Aos árbitros e conciliadores do Juizado Especial de Pequenas Causas da Comarca de Curitiba poderá ser atribuído, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, uma gratificação pro-labore e aos servidores do Poder Judiciário que nele exercerem funções no período noturno, cumulativamente, uma gratificação correspondente a trinta por cento (30%) dos seus vencimentos básicos.

Art.9.º. Aplicam-se, subsidiariamente, nos Juizados Especiais de Pequenas Causas os dispositivos constantes da Lei Federal n. 7.244, de 7 de novembro de 1984, onde couber.

Art.10.º. Ficam criados os seguintes cargos:

I - um (1) cargo de Escrivão de entrância final;

II - um (1) cargo de Auxiliar de Cartório;

III - dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

IV - um (1) cargo de Servente, todos com lotação no Juizado Especial de Pequenas Causas da Comarca de Curitiba.

Art.11 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art.12 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

N.293/85-GP

Curitiba, 21 de outubro de 1985.
Senhor Governador.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a proposta em anexo, aprovada em sessão do Tribunal Pleno desta Corte, de 18 de outubro último, constante de uma emenda aditiva ao projeto em tramitação na Assembléia Legislativa, que altera disposições do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Trata, esse plano, da elevação da Comarca de Cascavel à entrância final e criação da Comarca de Guaratuba, além de outras providências.

I. Cascavel, sede de vasta e próspera região de nosso Estado, Comarca que congrega o Município sede e mais os de Catanduvas, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida, núcleo de intenso comércio e polo agroindustrial de alta expressividade, equiparase, para efeito dessa elevação, às Comarcas de Maringá e Ponta Grossa, suscetível, inclusive, de suplantá-las, posto que, segundo projeção feita pelo IPARDES, em 1990, deverá contar, só o Município sede, com população superior a 300.000 habitantes, situando-se como o terceiro Município do Estado. É sede de Arcebispado e do Quartel General que comanda a Guarnição Militar do Oeste do Paraná e de Santa Catarina. Reuniu, recentemente, na abertura dos Jogos Abertos do Paraná, no seu magnífico estádio, 45.000 pessoas.

Destaca-se, portanto, das Comarcas de entrância intermediária, colocando-se no mesmo nível das Comarcas interioranas de entrância final.

II. Guaratuba, aprazível cidade histórica e um dos mais concentrados balneários do Estado, há mais de vinte anos luta no sentido do seu predicamento de sede de Comarca. Tem população compatível, uma vez somada com a do Distrito de Matinhos, além de preencher outros requisitos para se constituir como tal.

Tratam-se, tanto Guaratuba como Matinhos, de importantes pontos turísticos, que reúnem, nas temporadas de verão, mais de 300.000 pessoas, exigindo, das autori-

dades, medidas especiais e consentâneas, principalmente no que tange a menores, drogas, acidentes de trânsito e de segurança em geral. A presença da autoridade judicial no local é premente e imprescindível.

III. Na expectativa de que Vossa Excelência acolherá esta proposição, dando-lhe imediato encaminhamento, aproveito a oportunidade para apresentar os protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO
Presidente do Tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Emenda Aditiva ao Projeto

n., em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado, que altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Art. 3.º. Ficam extintas as Escrivanias Distritais de centenário do Sul, Guaratuba, Pinhão, Quedas do Iguaçu e Salto do Lontra.

Art. 4.º.

V. Matinhos (Município do mesmo nome) da Comarca de Paranaguá para a Comarca de Guaratuba.

Art. 5.º. Ficam criados (5) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, respectivamente, para as Comarcas de Centenário do Sul, Guaratuba, Pinhão, Quedas do Iguaçu e Salto do Lontra, e oito (8) cargos de Juiz de Direito de entrância final para Comarca de Cascavel, sendo:

seis (6) Juizes Titulares de Varas

dois (2) Juizes de Direito Substitutos, ficando extintos seis (6) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária.

Art.10. Haverá na Comarca de Guaratuba, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - no Foro Judicial:

a) uma (1) escrivania do cível;

b) uma (1) escrivania criminal;

c) uma (1) ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as

funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - no Foro Extrajudicial:

- a) um (01) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis; e,
- c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 23 - Ficam criados os Distritos Judiciários de Praia de Leste (Município de Paranaguá) na Comarca de Paranaguá e de São Pedro (Município de Toledo) na Comarca de Toledo.

Art. 24 -

"Art. 207 -

I -

II -

III - 119 Juizes de Direito de entrância final, sendo:

- a) 86 Titulares de Varas;
- b) 33 Juizes de Direito Substitutos.

IV - 99 Juizes de Direito de entrância intermediária;

V - 85 Juizes de Direito de entrância inicial.

"Art. 209 - É a seguinte a classificação das Comarcas:

I - De entrância final: Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

II - De entrância intermediária: 1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Cambé; 9) Campo Largo; 10) Campo Mourão; 11) Capanema; 12) Castro; 13) Cianorte; 14) Colombo; 15) Cornélio Procopio; 16) Cruzeiro do Oeste; 17) Foz do Iguaçu; 18) Francisco Beltrão; 19) Goioerê; 20) Guaiara; 21) Guarapuava; 22) Ibioporã; 23) Irati; 24) Ivaiporã; 25) Jacarezinho; 26) Lapa; 27) Laranjeiras do Sul; 28) Loanda; 29) Marechal Cândido Rondon; 30) Medianeira; 31) Nova Esperança; 32) Palmas; 33) Paranaguá; 34) Paranaíba; 35) Pato Branco; 36) Peabiru; 37) Pitanga; 38) Rio Negro; 39) Rolândia; 40) Santo Antônio da Platina; 41) Santo Antônio do Sudoeste; 42) São José dos Pinhais; 43) Telêmaco Borba; 44) Toledo; 45) Umuarama; 46) União da Vitória; 47) Wenceslau Braz.

III - De entrância inicial: 1) Altônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4)

Andirá; 5) Antonina; 6) Assaí; 7) Barbosa Ferraz; 8) Barracão; 9) Bocaiúva do Sul; 10) Cambará; 11) Cândido de Abreu; 12) Carlópolis; 13) Centenário do Sul; 14) Cerro Azul; 15) Chopinzinho; 16) Cidade Gaúcha; 17) Clevelândia; 18) Colorado; 19) Congonhinhas; 20) Corbélia; 21) Coronel Vivida; 22) Curiúva; 23) Dois Vizinhos; 24) Engenheiro Beltrão; 25) Faxinal; 26) Formosa do Oeste; 27) Grandes Rios; 28) Guaraniaçu; 29) Guaratuba; 30) Ibatí; 31) Imbituva; 32) Ipiranga; 33) Iporã; 34) Jaguapitã; 35) Jaguariaíva; 36) Jandaia do Sul; 37) Joaquim Távora; 38) Mallet; 39) Mandaguaçu; 40) Mandaguari; 41) Marialva; 42) Marilândia do Sul; 43) Matelândia; 44) Morretes; 45) Nova Fátima; 46) Nova Londrina; 47) Palmeira; 48) Palmital; 49) Palotina; 50) Paraíso do Norte; 51) Parana-city; 52) Pérola; 53) Pinhão; 54) Piraí do Sul; 55) Piraquara; 56) Porecatu; 57) Primeiro de Maio; 58) Prudentópolis; 59) Quedas do Iguaçu; 60) Realeza; 61) Rebouças; 62) Reserva; 63) Ribeirão Claro; 64) Ribeirão do Pinhal; 65) Rio Branco do Sul; 66) Salto do Lontra; 67) Santa Helena; 68) Santa Izabel do Ivaí; 69) Santa Mariana; 70) São Jerônimo da Serra; 71) São João do Ivaí; 72) São João do Triunfo; 73) São Mateus do Sul; 74) São Miguel do Iguaçu; 75) Sengés; 76) Sertãozinho; 77) Siqueira Campos; 78) Teixeira Soares; 79) Terra Rica; 80) Terra Roxa; 81) Tibagi; 82) Tomazina; 83) Ubitatã; 84) Uraí; 85) Xambrê.

"Art. 210 -

28a. - Comarca de Cascavel: Varas Cíveis;

29a. - Comarca de Cascavel: Varas Criminais e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes de Trabalho;

37a. - Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaratuba;

48a. - Comarcas de Laranjeiras do Sul, Corbélia, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu;

57a. - Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Ubitatã.

"Art. 211 -

52 - Ibioporã: compreendendo o Distrito da Sede;

86 - Paranaguá: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra e Praia de Leste (Município de Paranaguá);

130 - Uraí: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Norte (Município de Uraí), Jataizinho, Frei Timóteo e São João (Município de Jataizinho), Rancho Alegre (Município do mesmo nome);

Curitiba, em 21/10/85.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO
Presidente do Tribunal de Justiça
À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na ORDEM DO DIA dos Projetos de Lei n.:

199/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO", com sede e foro no Município de Toledo.

200/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE", com sede e foro no Município de Toledo.

201/85 - que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORMOSA DO OESTE", com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

203/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PRÉ-SINDICAL DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS", com sede e foro no Município de Toledo.

213/85 - que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Centenário do Sul, área de terras medindo 10.440,00m², destacada do lote n. 111, gleba 2, situada na Colônia Centenário, com benfeitorias, objeto de transcrição n. 9745 de 12/09/60, do Livro 3-H, fls. 245, do Cartório de Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã.

220/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIACU" - APAE, com sede e foro no Município de Guaraniacú.

226/85 - que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Jataizinho, os lotes datas n. 10 e 12 da quadra 14, lote data n. 09 da quadra 14; e lotes datas n. 01, 03, 05, 07, 09 e 11 da quadra 15, todos da zona urbana de Jataizinho, de propriedade do Estado, conforme especifica.

230/85 - que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de 01 (um) salário-mínimo aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho e sem condições econômicas de sobrevivência e dá outras providências.

233/85 - que denomina de "RODOVIA PREFEITO MISDEI MORESCHI" a Rodovia PR-546, que interliga os Municípios de Floresta - Itambé a Bom Sucesso.

236/85 - que denomina "RODOVIA FRANCISCO DELIBERADOR", a estrada que liga Ibiporã - Sertãoópolis, PR - 090.

239/85 - que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar terreno com área de 3.659,16m², no Município de Paulo Frontin, por outro do domínio do Município de Paulo Frontin com área de 5.167,51m², conforme especifica.

240/85 - que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Piên, de terreno, e benfeito-

rias nele existentes, situado à rua E, na sede da Municipalidade, objeto de Transcrição n. 368, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro.

247/85 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, com sede e foro na cidade de Curitiba.

264/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO SANCARLENSE DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL" - ASPE, com sede e foro no Município de São Carlos do Ivaí.

270/85 - que declara de utilidade pública a "PASTORAL DE BAIRROS RESPONSÁVEL PELAS VILAS MESSIAS E ANTÔNIO", esta ligada à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Município de Marialva.

Sala das Comissões, em 25/11/85.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na ORDEM DO DIA dos Projetos de Lei n.:

151/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLORADO", com sede e foro no Município de Colorado.

154/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA" - APAE, com sede e foro em Londrina.

157/85 - que objetiva autorizar ao Poder Executivo subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento - SANEPAR, mediante a integralização pela incorporação de uma área de terreno com 3.000,00m², a ser desmembrada de um todo maior, de propriedade do Estado, conforme especifica.

161/85 - que declara de utilidade pública a "MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA", com sede e foro no Município de Umuarama.

172/85 - que autoriza o Poder executivo a doar ao Município de Santa Amélia o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo terreno de 635,50m², constituindo a data n. 7 da quadra "O", constante da transcrição n. 6.879 de 26/10/67, da circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes.

176/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" - APMI, com sede e foro no Município de Mandaguari.

186/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMPO DO TENENTE", com sede e foro em Campo do Tenente.

190/85 - que fica instituída a meia-entrada nos cinemas do Estado a todos os estudantes e adota normas que especifica.

196/85 - que declara de utilidade pública a "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PATO BRANCO", com sede e foro na cidade de Pato Branco.

198/85 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE LUZ MARINA", com sede e foro no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, conforme facultado pelo Regimento Interno da Casa, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e INCLUSÃO na ORDEM DO DIA dos Projetos de Resolução n.:

115/85 - (Mensagem n. 123/85 - Ex-Proposição n. 107/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e Municípios de Enéas Marques, Francisco Beltrão e Umuarama, objetivando respectivamente, a realização do I Encontro, de Produtores de Leite: a realização da EXPOBEL englobando seis exposições; e realização da XII Feira Exposição Agropecuária e Industrial.

116/85 - (Mensagem n. 127/85 - Ex-Proposição n. 115/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da secretaria da Segurança Pública, EMOPAR e os Municípios mencionados, objetivando execução de obras de reparos nas Delegacias de Polícia.

117/85 - (Mensagem n. 132/85 - Ex-Proposição n. 120/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios mencionados, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de Transporte Público de Passageiros.

118/85 - (Mensagem n. 137/85 - Ex-Proposição n. 123/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 13/05/82, entre o Estado do Paraná e a CIC, com interveniência do Município de Curitiba, objetivando desenvolvimento do "Programa de Industrialização do Município de Curitiba".

119/85 - (Mensagem n. 142/85 - Ex-Proposição n. 124/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do

Paraná sob n. 105/85, em 31/07/85, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, figurando como intervenientes a Secretaria da Agricultura, ACARPA/EMATER, IAPAR, ITC, CAFE DO PARANÁ, com objetivos que especifica.

120/85 - (Mensagem n. 143/85 - Ex-Proposição n. 125/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior e da COPEL, com a TELEPAR e o Município de Curitiba, objetivando execução da 1.ª Etapa do Projeto "UNIBASE", na Região Metropolitana do referido Município.

121/85 - (Mensagem n. 145/85 - Ex-Proposição n. 127/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios mencionados, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Especial para Desenvolvimento da Infra-Estrutura dos Municípios - Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

122/85 - (Mensagem n. 146/85 - Ex-Proposição n. 129/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 20/02/85 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Cultura e Esporte e Municípios mencionados, objetivando prover os Municípios de Equipamentos Esportivos, com vistas à execução do projeto de Polarização do Esporte.

123/85 - (Mensagem n. 149/85 - Ex-Proposição n. 132/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a CEF, de 14/02/80 e do seu Termo Aditivo de 16/05/83, objetivando aplicação de recursos do programa Especial de Módulos Esportivos-PEME, com vistas à implantação de Módulos Esportivos nos Municípios de Ivaí e Salto do Lontra.

124/85 - (Mensagem n. 153/85 - Ex-Proposição n. 135/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 299/85, celebrado em 16/08/85, entre o Estado do Paraná e o Município de Santa Mariana, com vistas à aplicação de recursos financeiros do programa de Ação Municipal - PRA.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada em definitivo e posterior arquivamento do Projeto de Lei n. 11/84 da pauta dos trabalhos desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CYRILLO DOMINGOS RICCI.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja levado ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, 1.179 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento da Senhora LIDIA HENEMBERG FANCHIN, pertencente a tradicional família pontagrossense, era viúva do Senhor Angelo Fanchin, deixando dois filhos: Dilson Fanchin e Dalney Gilbert Fanchin, e dois netos, cujo sepultamento ocorrerá amanhã na cidade de Ponta Grossa, dando-se ciência da aprovação do presente expediente à família enlutada, à Rua Rio de Janeiro, 865, bairro São José, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Piraí do Sul, Samuel Milléo, pai do atual Prefeito daquele município, Marcelo Milléo.

O extinto ficou conhecido como o "Pai dos Pobres" pela administração altamente humanitária que realizou em Piraí do Sul. Homem dotado de grande inteligência, marcou sua vida no atendimento ao próximo. Qualquer pessoa que o procurasse, recebia sempre uma palavra de conforto, de estímulo, para não falar na ajuda material aos mais carentes.

O mundo perdeu um grande homem com o

desaparecimento de Samuel Milléo. Era um tipo de criatura humana muito rara nos dias atuais.

Sua morte causou grande tristeza e dor não só aos familiares, mas às milhares de pessoas que tiveram o privilégio da sua convivência ao longo de sua vida.

Samuel Milléo vai fazer muita falta à nossa sociedade, tão carente de líderes verdadeiramente humanitários.

Que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através do seu filho, Marcelo Milléo, Prefeito municipal de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor NATÁLIO RIBAS, aos 62 anos de idade, ocorrido no dia 19 último.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O extinto era comerciante na localidade de Avencal - Rio da Várzea, município de Mandirituba, deixando viúva Dona Izabel Ribas e 5 filhos, deixa lacuna irreparável pelos dotes morais com que sempre regeram sua vida modesta, quer familiar, quer no seio da comunidade. Seu desaparecimento vem consternar não somente seus familiares, como de resto todo seu grande círculo de amizade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MAI FAIR PERINI, ocorrido no dia 17 último, aos 55 anos de idade.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A extinta era funcionária aposentada da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, onde, depois de longos anos de efi-

cientes serviços prestados a esta Casa, aposentou-se pelo Decreto Legislativo n. 301/85 de 22 de agosto de 1985, deixando lacuna irreparável pelos dotes morais com que sempre regeram sua vida, quer familiar, quer no seio da comunidade. Seu desaparecimento vem consternar não somente seus familiares, como de resto todo o funcionalismo deste Poder, bem como seu grande círculo de amizade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Professor e Médico, Doutor CLYCEU CARLOS DE MACEDO, aos 62 anos de idade; casado com Dona Sada Rachel Curi de Macedo, filho do Doutor Carlos Ribeiro de Macedo, médico, e de Dona Emma Constantino de Macedo, ambos de saudosa memória, ocorrido em data de 19 de novembro em curso, na cidade de Ponta Grossa - PR., o qual deixa os seguintes filhos: Emiliza, Carlos César, Clyceu Carlos e Elídio Carlos.

Natural de Teixeira Soares, Paraná, e, atualmente residindo em Ponta Grossa, o Doutor Clyceu Carlos de Macedo foi Professor da Universidade de Ponta Grossa, Presidente do Centro Euclides da Cunha, Presidente do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico e Presidente do Museu "Campos Gerais", de Ponta Grossa, além de atuar como profissional de grande renome na área médica, atividades essas, que desenvolveu sempre com a maior lisura e probidade, honrando e enobrecendo a cultura de nosso povo, prestando contribuição da maior valia ao desenvolvimento do Município de Ponta Grossa.

O prematuro passamento do Doutor Clyceu Carlos de Macedo, veio sensibilizar de forma profunda a sociedade local, onde gozava do mais alto conceito e da admiração por parte dos muitos amigos que possuía.

Da decisão do Plenário, REQUER, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Augusto Ribas, 603 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de voto de congratulações e louvor à "FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE AGRONOMIA - LUIZ MENEGHEL", pelo transcurso de seu 15.º aniversário de

profícuo trabalho em favor da agricultura paranaense.

REQUER, ainda, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à Direção daquela Fundação, na pessoa de seu Diretor Senhor EDSON ANTÔNIO LENZI.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As Casas Felipe são uma das mais tradicionais empresas comerciais de nosso Estado. Surgidas em Paranaíba, no Noroeste de nosso Paraná, Irmãos Felipe Ltda., foi fundada pelos Senhores GERALDO, RUBENS, FABER e JOSÉ FELIPPE.

Hoje, são mais de 30 lojas espalhadas pelo Paraná e por São Paulo, sempre pujantes e merecedoras do crédito tanto dos fornecedores como dos seus clientes. Vinculado ao grupo, existem 3 firmas coligadas: Feposi Ltda., Comércio de Móveis Ltda., Casa Quatro e Felipe Agropecuária Ltda.. Centralizada em Paranaíba, onde possui o seu depósito central.

Exemplo de trabalho e progresso, as Casas Felipe inauguram neste dia 20 de novembro a sua primeira loja em Curitiba, motivo de júbilo para todos nós, que acompanhamos o desenvolvimento desta empresa do interior de nosso Estado.

Compartilhando da alegria de seus diretores, funcionários e amigos, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado em ata da presente sessão um voto de congratulações às Casas Felipe, pela inauguração de sua loja em Curitiba.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos diretores daquela empresa comercial.

End.: Rua: Emiliano Pernet, 47 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Rede bandeirantes de Televisão e sua apresentadora Marília Gabriela, em razão do Programa Especial "OS NOVOS PREFEITOS", levado ao ar em data de ontem, com transmissão local pela TV Paraná - Canal 6, dando-se ciência ciência da aprovação do presente aos Diretores de ambas as empresas acima citadas, bem como aos entrevistadores dos Senhores Prefeitos.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Reunindo Prefeitos eleitos de diversas Capitais de Estados, a Rede Bandeirantes, através de Programa Especial intitulado "Os Novos Prefeitos", sob o comando da apresentadora Marília Gabriela, proporcionou aos telespectadores de todo o País uma demonstração viva do que consiste a verdadeira democracia apregoada pela Nova República.

Os entrevistados, eleitos por diversas agremiações políticas com programas diferentes, tiveram oportunidade de sintetizar o que pretendem fazer em prol das comunidades que passarão a representar legitimamente, a partir do início do próximo ano vindouro.

Sugestões, críticas e mensagens de otimismo, confiança ou mesmo de advertência foram transmitidas em debate que, se chegou a ficar mais acalorado em alguns momentos, jamais perdeu seu elevado nível.

A presença de prefeitos eleitos por Partidos diferentes, após a reinstalação da democracia, representando antigas e novas lideranças de diversos pontos da Nação, deram uma movimentação inusitada aos debates, prendendo a atenção daqueles que o assistiam.

Digno de registro, portanto, tal evento, que já vem sendo seguido pelos meios de comunicação que, assim prestam relevantes serviços à comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa Voto de Louvor ao Cel. EDEMIR RIBEIRO DA SILVA, Comandante do 3.º Batalhão da Polícia Militar, em Pato Branco, pelo excelente trabalho efetuado na segurança das eleições realizadas nos municípios da Fronteira do sudoeste do Paraná, dando-se ciência deste requerimento ao homenageado e também ao Comando Geral da PM, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se, ante o excelente desempenho da Polícia Militar do 3.º Batalhão, comandado pelo Cel. Edemir Ribeiro da Silva, na manutenção da ordem nas eleições realizadas nos municípios da Fronteira Sudoeste, cujos trabalhos foram além dos limites do dever, dando segurança e tranquilidade à população, não só durante o pleito como também no transcorrer das apurações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Assembléia Legislativa, voto de louvor à Rádio Capanema, de Capanema; Rádio Clube, de Realeza; Rádio Entre Rios, de Santo Antônio do Sudoeste e Rádio Ampére, de Ampére, bem como a TV Tarobá, de Cascavel e à TV Paranaense, Canal 12, de Curitiba, pelos excelentes trabalhos de acompanhamento e divulgação realizados durante as eleições e conseqüente apuração, nos Municípios da Fronteira Sudoeste do Paraná, dando-se ciência deste requerimento aos respectivos diretores dos órgãos mencionados.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de aplausos aos organizadores da II FRICESP (Feira Regional da Indústria, Comércio e Serviços Públicos de União da Vitória, composta do Excelentíssimo Senhor Alcides Fernandes Luiz - Prefeito Municipal, Senhor Hilário Clivatti-Vice-Prefeito e Senhor Hilário Magnani, Presidente da Associação Industrial e Comercial daquela cidade.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

União da Vitória está realizando com absoluto êxito a II FRICESP - Feira Regional da Indústria, Comércio e Serviços Públicos, tendo a abertura sido feita no último dia 23 com a presença das mais altas autoridades e, com este Deputado, representando na ocasião o Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, que transmitiu a todos os presente a mensagem de otimismo e votos de aplausos do Senhor Governador para com todos os expositores bem como aos comerciantes e industriais e povo em geral de toda a região.

Foi sem sombra de dúvida uma das maiores exposições de todo o Estado do Paraná.

Número incalculável de comerciantes, industriais e representantes da sociedade, compareceram à inauguração, agradando plenamente aos "experts" e ao público em geral pela maneira brilhante como foi organizada a exposição, que em tempo record construiu um pavilhão com mais de 2.000m² na entrada da cidade, às margens da Rodovia Transbrasiliana.

Está de parabéns toda a população de União da Vitória pela força incontestada de seus comerciantes e industriais que irma-

nados com um único objetivo, deram mostra de se sobeja capacidade e espírito progressista e administrativo.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa a todos os nominados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado, em caráter de urgência, telex ao Senhor Presidente da República, solicitando a nomeação do Magistrado paranaense Dr. Milton Luiz Pereira, para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, para o qual foi indicado em lista triplíce elaborada por aquela corte Superior.

Sala das Sessões, em 25/11/85.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Ao fundamentarmos o requerimento acima, podemos alinhar argumentos de duas ordens, o destaque pessoal do Juiz Milton Luiz Pereira e a participação de um paranaense num Tribunal Superior do Poder Judiciário Brasileiro.

Quando à figura do ilustre magistrado, doutor Milton Luiz Pereira, Sua Excelência é reconhecido por todos como um magistrado íntegro, de severa formação moral, com um conhecimento jurídico que o faz reputado nacionalmente, titular de uma carreira pública invejável mercê do esforço e da sabedoria com que se houvesse em todos os cargos que ocupou inclusive o cargo eletivo de Prefeito de Campo Mourão, no Paraná; Professor Universitário; Juiz Federal no Paraná; Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, na circunscrição do Paraná.

Quanto ao aspecto federativo, o Paraná se mobiliza para conseguir que a República - ao escolher os magistrados que a servirão nos postos mais elevados do Poder Judiciário - se fixe num dos mais ilustres jurisconsultos paranaenses, a fim de que o Estado também possa oferecer sua contribuição à magistratura nacional. Até para o equilíbrio federativo é importante que os juizes dos Tribunais Superiores da Federação sejam recrutados entre magistrados oriundos de Estados diferentes. O Paraná, há anos, pleiteia que um de seus filhos, capacitado para o cargo, seja escolhido ministro de um tribunal superior, como reparação político-federativa ao avultado quinhão de benefícios federativos que o Estado tem gerado.

Ambas as razões justificam, à plenitude, a nomeação do Dr. Milton Luiz Pereira como Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidente dos Tribunais Regionais Eleitorais, Governadores de Estado, Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados, Presidentes Nacionais dos Partidos Políticos e Presidentes Estaduais dos Partidos Políticos, sugerindo-lhes que seja iniciada, de imediato, uma CAMPANHA PARA RECADASTRAMENTO DE ELEITORES.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A Nação inteira observou, nas eleições levadas a efeito no corrente mês, que diversas reclamações surgiram junto à Justiça Eleitoral.

Passados os momentos mais acalorados das disputas, chegou-se à conclusão que a maior parte dos problemas foram causados pela deficiência do atual registro de eleitores.

Justifica-se, em parte, a constatação de tal ocorrência, vez que, por muitos anos foi adotada a prática de eleições indiretas e o inusitado interesse que se observou neste mês de novembro, provocou a retirada de velhas richas eleitorais das prateleiras dos Juizes e Tribunais Eleitorais de todo o País.

Por outro lado, se vários títulos ficaram inertes por vários anos, houve a inscrição de eleitores pertencentes à faixa jovem da população, ao lado da permissão do voto aos analfabetos.

Esta Casa já aprovou, recentemente, requerimento proposto pelo mesmo signatário do presente, no sentido de que fosse sugerida uma Campanha e aumento do número de eleitores ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Já recebemos a resposta da Presidência daquela Corte, pela qual nos comunica que a sugestão foi acatada e logo será colocada em prática.

Considerando que os políticos, representantes da indústria, comércio e empresas diversas, ao lado da classe trabalhadora e dos estudantes estão aclamando pelo Recadastramento de Eleitores, segundo tem sido noticiado pelos mais diversos órgãos de comunicação do País, é justo que se inicie, de imediato, uma Campanha Nacional nesse sentido.

Em recente pesquisa feita entre Prefeitos eleitos em 15 de novembro, dentre as prioridades nacionais, a par da Reforma Tributária e convocação da Assembléia Nacional Constituinte, foi colocado o Reca-

dastramento de Eleitores entre as principais metas que devem ser atacadas de imediato pelas autoridades competentes.

A ocasião torna-se propícia, portanto, para que se aprove este requerimento sugerindo o "RECADASTRAMENTO DE ELEITORES JÁ", pois, o interesse não é só do Paraná, mas, de todos os demais Estados do Brasil.

Estamos na era da cibernética e da informática, o que torna possível proceder o recadastramento em tempo hábil para as eleições de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, Digníssimo Secretário de Estado de Segurança Pública, sugerindo seja instalado um módulo policial no Núcleo Habitacional "Monteiro Lobato", na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Habitacional "Monteiro Lobato", situado a cinco quilômetros do centro da cidade de Ponta Grossa, nas imediações da saída para Castro, é composto por aproximadamente oitocentas residências.

O Posto Policial mais próximo dista cerca de três quilômetros daquele local, estando localizado perto da Universidade.

Esse fato vem gerando o registro de várias ocorrências policiais sem atendimento, ou atendidas sem a presteza exigida para o momento.

Conseqüentemente, mais de mil e quinhentas pessoas que compõem as oitocentas famílias que habitam o Núcleo Monteiro Lobato, ficam desassistidas.

Todavia, acreditando nas providências que por certo serão tomadas pela Secretaria de Segurança, solicitaram a este Parlamento que, através desta Casa, dirigisse o seu apelo ao ilustre titular daquela Pasta.

Assim, espero que essa justa reivindicação encontre o necessário amparo a fim de que possa ser atendida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no sentido da realização de estudos visando a criação

e instalação de um Colégio Agrícola na Municipalidade de Goioerê.

Com quase 50 mil habitantes, distribuídos na zona urbana e rural, o Município de Goioerê, representa atualmente a segunda posição em termos de arrecadação em ICM na região do Centro-Oeste do Estado. Seu desenvolvimento é fruto principal e fundamentalmente das atividades agrícolas e pastoris existentes, verdadeiros sustentáculos sócio-econômicos.

Mesmo diante do progresso alcançado, inegavelmente, faz-se necessário, dotar aquela região de estruturas que permitam adequar melhor o seu próprio processo de crescimento, para que o mesmo seja voltado para o bem-estar social.

Neste sentido, no que diz respeito ao setor educacional, a comunidade de Goioerê, através do Excelentíssimo Senhor Vereador Antônio Bernardino Sena Neto, está a solicitar a implantação de um Colégio Agrícola. A existência de um estabelecimento com ensino profissionalizante a nível médio, técnico agrícola, trará, sem nenhuma dúvida, inúmeros benefícios a toda uma vasta e rica região, em face do seu potencial já mencionado, cujo Colégio, na realidade qualificaria melhor inúmeros jovens que, no dia-a-dia, no campo têm dado sua indispensável e proveitosa participação da produção agrícola e pecuária.

Ademais, o que bem comprova a importância da criação de um Colégio Agrícola, são estudos preliminares já realizados pela Coagel, que tinha na sua Presidência, o Ilustríssimo Senhor Ignácio Mamanna Neto, atualmente ocupando a Presidência da Companhia de Financiamento da Produção - CFP, sediada em Brasília, que bem comprovam a viabilidade de tal iniciativa.

Diante, pois, da exposição de motivos ora apresentados, é de capital importância que esse Ministério promova o desenvolvimento de avaliações a respeito de tão importante assunto, cujo interesse por parte da população tem se verificado em muitas ocasiões.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido este douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que se proceda a um levantamento do número REAL de vagas ora existentes para a promoção de concurso público de ingresso de pessoal ao Quadro Próprio de Magistério previsto para o pri-

meiro semestre de 1986. Esta posição, que vem sendo defendida pelos próprios representantes dos professores celetistas do Estado, revela claramente que, longe de se posicionarem contra a realização de concursos públicos para o ingresso de pessoal ao Quadro Próprio do Magistério, reveste-se de coerência no sentido de se possibilitar amplas condições de acesso à carreira docente oficial do Estado. Além disso, o momento educacional presente clama por igualdade de condições de trabalho docente a nível de Estado, entre todos os que desempenham o trabalho educacional. Quanto maior for o número de professores estáveis, tanto melhores haverá de ser os caminhos da educação.

Finalmente, o momento é de unidade paranaense. Sem menosprezar os direitos de professores de outros Estados da Federação, no sentido de aqui participarem de concursos públicos, a verdade é que até por um dever de justiça, devemos assegurar expressivos estímulos, através de proposição de critérios para concursos públicos aos professores que, por anos a fio, vêm cumprindo o trabalho de educar nossas crianças, tanto na condição de celetistas do Estado, como na de professores conveniados. Pelo simples fato de serem NOSSOS, os professores que há cinco, dez, quinze ou vinte anos vêm ministrando aulas aos estudantes do Paraná, eles já são melhores que os professores dos demais Estados.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor OTTO BRACARENSE COSTA, Digníssimo Secretário de Estado do Planejamento e, Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ RICHIA, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, sugerindo Estudos para implantação da 18ª Microrregião Administrativa, com sede no município-pólo de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A sistemática administrativa de divisão do território estadual em microrregiões foi implantada quando o Estado do Paraná se compunha de cerca de 60 por cento dos municípios hoje existentes. Nos últimos 15 anos, principalmente na região central, verificou-se visível crescimento de distritos, hoje elevados à condição de municípios e notável aumento populacional, determinando a necessidade do Estado redi-

mentar sua política de descentralização administrativa.

Por força de sua privilegiada posição geográfica e em virtude de sua condição de município-pólo encravado em plena região central do Paraná, pleiteamos a criação da 18ª Microrregião com sede na cidade de Ivaiporã, comprovadamente capacitada para estruturar atendimento à aproximadamente meio milhão de paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbo, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a ampliação da central de telefones, no Jardim Paraíso, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Jardim Paraíso, Bairro de Ponta Grossa, com aproximadamente 600 residências, sofre ainda a falta de telefones.

Sendo que no referido bairro está localizada a sede campestre do Clube Guaíra, e nas proximidades o Campus Universitário, extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a reivindicação torna-se merecedora de acolhimento, por ser justa e oportuna.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná- BANESTADO, Senhor José Carlos Campos Hidalgo, solicitando a instalação de um Posto da Agência de Cianorte, na Vila Operária, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER informações ao Tribunal Regional Eleitoral sobre as seguintes questões:

a) Quantos eleitores foram transferidos para Curitiba e para os demais Municípios que realizaram eleições no último dia 15?

b) Qual o domicílio eleitoral anterior

de cada um desses eleitores?

c) Foi respeitado o disposto em lei sobre o tempo mínimo de residência do novo domicílio eleitoral para permitir a transferência requerida? E o prazo mínimo de inscrição anterior?

d) Quantos eleitores votaram em separado na última eleição, em cada seção?

e) O que motivou esses votos em separado?

f) Houve casos de duplicidade de votos de eleitores que, votando em separado, se utilizaram do título de eleitor e de outro documento hábil em seções diferentes?

g) Por que foram instaladas cabines de votação na 3.^a Zona Eleitoral nos locais onde funcionavam seções que foram transferidas para a 145.^a Zona Eleitoral, do que são exemplos as Seções 270, 375, 248, 342, 314, 182, 404 e 125?

h) Tais Seções tiveram suas Folhas de Votação encaminhadas para a 145.^a Zona Eleitoral, e que por razão foram aceitos os votos dos eleitores inscritos na 3.^a Zona?

i) Qual o procedimento do TRE em relação às urnas não apuradas, que lhe foram encaminhadas diretamente pelas respectivas Juntas, quando serão apuradas; o fato de não ser conhecido o seu conteúdo permite que se tome como final, para efeito de prazos e recursos, os termos da Ata final da eleição, firmada pelo Senhor Juiz Presidente e membros da Junta?

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o presente requerimento é buscar uma avaliação concreta da estatística eleitoral do último pleito, considerando as dúvidas que estão sendo levantadas. Tais dúvidas colocam sob perigosa suspeita o processo eleitoral, representação material da Democracia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, Editorial publicado no dia de ontem pelo Jornal "Tribuna da Cidade", sediado em Apucarana.

Embora muitos resultados não sejam ainda conhecidos, o panorama geral das eleições para diretores de escolas pertencentes à rede estadual, permite-nos afirmar que estas ocorreram tranqüilamente, fruto do despertar da consciência da comunidade educacional, com relação aos problemas do ensino, quanto aos rumos a serem seguidos, que, sejam quais forem,

devem ser sempre resultado da participação efetiva e democrática de todos em cada decisão.

Por outro lado, não há dúvida de que o processo educacional só conquistará as transformações atualmente preconizadas se, ao mesmo tempo, existir a democratização e fortalecimento das instituições políticas, jurídicas e econômicas.

Neste sentido, a imprensa tem um papel a cumprir, não podendo ser encarada como veículo apenas e tão somente para informar, mas para ser instrumento na defesa dos interesses legítimos da sociedade brasileira.

A "Tribuna da Cidade", respeitável veículo de comunicação de Apucarana e região, enquadra-se como um jornal de respeito e admiração, pois possui uma linha editorial independente, séria e conseqüente, que se demonstra em mais uma oportunidade como em sua edição do dia de ontem, manifestando o seu posicionamento a respeito das eleições escolares, defendendo o referido pleito, destacando, entre tantos outros pontos importantes, que a "participação de todos é tão necessária quanto importante..." "... o melhor professor-candidato a diretor de escola é aquele que representa a supremacia da modernidade sobre o carcaísmo, da racionalidade sobre o radicalismo educacional. Aquele que evolui, superando o patriarcalismo autoritário, libertando-se de múltiplos preconceitos ainda existentes nos bastidores do ensino".

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito a transcrição nos Anais deste Poder a íntegra do Editorial da "Tribuna da Cidade", requerendo, também, que seja dada ciência aos Diretores do Jornal, cumprimentando-os pelo comportamento como imprensa de respeito e de qualidade.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 309/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica denominada "José Pereira da Silva"- (Pereirinha), a rodovia estadual que liga a sede do Município de Ribeirão Claro a Porto Emigdão.

Art.2.^o- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1985

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

José Pereira da Silva, conhecido naquela região pelo carinhoso apelido de Pe-reirinha, foi um dos pioneiros no desbravamento do norte paranaense, com ampla influência na criação do Município de Ribeirão Claro.

O extrato da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada pelo IBGE - ano 1959-RJ. Volume XXXI, pags. 428-420-430 (xerox anexo), melhor esclarece a justeza do plano de lei que ora apresentamos, visando homenagear uma das grandes figuras do pioneirismo paranaense, e que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Não havendo oradores inscritos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 243/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 175/85), que encaminha Orçamento Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos para o exercício de 1986. Com Parecer Favorável da Comissão de Orçamento ao Projeto e Contrário às Emendas. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 245/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 96/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a JOSÉ JOFFILY. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 137/85, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PARANAVAÍ, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 158/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA COPEL - AAPC, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 168/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES E AMIGOS DE INTERNOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - AFAIESP, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 171/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE GOIOERÊ, com sede e foro no Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 174/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FISCALIS-FAZENDÁRIOS APOSENTADOS DO PARANÁ - AFFAP, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 192/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO DAS FILHAS E FILHOS DO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA, no Município de Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 210/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS RADIOAMADORES DO PARANÁ ARPA, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 219/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná à Professora POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 257/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 190/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$... 6.500.000.000 (seis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, destinados a cobrir despesas, conforme

especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 268/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAFEZAL, com sede e foro em Iporã. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 274/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ — ASCEP, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 132/85, (ex-Proposição n. 35/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as prestações de contas da Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1983, repassada pelo Poder Legislativo à CABENFALE. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 133/85, (ex-Proposição n. 36/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as prestações de contas de Verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1984, repassada pelo Poder Legislativo à CABENFALE. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 225/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DETETIVES E INVESTIGADORES CRIMINAIS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ — ADICEP, com sede e foro na Comarca de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com Emenda de Plenário. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 151/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLORADO, com sede e foro no Município de Colorado. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 154/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA — APAE, com sede e foro em Londrina. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 157/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 139/85), que objetiva autori-

zar ao Poder Executivo subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante a integralização pela incorporação de uma área de terreno com 3.000.00 m², a ser desmembrada de um todo maior, de propriedade do Estado, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 161/85, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA, com sede e foro no Município de Umuarama. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 172/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Amélia, o imóvel de propriedade do Estado, constituído a data n. 7, da Quadra "O" constante da transcrição n. 6879, de 26/10/67, da circunscrição do registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 176/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APML, com sede e foro no Município de Mandaguari. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 186/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMPO DO TENENTE, com sede e foro em Campo do Tenente. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 190/85, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que institui a meia-entrada nos cinemas do Estado a todos os estudantes e adota normas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 196/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 198/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE LUZ MARINA, com sede e foro no Município de Toledo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 135/83, de autoria do

Deputado ERVIN BONKOSKI, que autoriza o Poder Executivo criar a Secretaria de Estado de Turismo, com finalidade de coordenar, promover, incentivar o turismo no Estado do Paraná e dá outras providências. Com Parecer Contrário da C.C.J., por maioria, Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.F. por unanimidade e com Pareceres Favoráveis da C.T. e C.R.H., por unanimidade, sendo desta Comissão, na forma da emenda substitutiva apresentada pela C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 135/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criada a SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO — SET, com a finalidade de coordenar, promover e incentivar o turismo no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Caberá à SET, no cumprimento de suas finalidades:

I - Planificação e execução da política de turismo do Estado do Paraná.

II - Programação de eventos e coordenação de sua realização;

III - Providenciar a planificação de campanhas que divulguem, no Brasil e no Exterior, as belezas naturais do Estado.

IV - Manter entendimentos com a indústria hoteleira do Paraná e demais estados da federação, visando a otimização de seu aproveitamento no desenvolvimento do turismo interno;

V - Outras atividades específicas da área de sua atuação.

Art. 2.º - Fica criado o cargo em Comissão, da Secretaria de Estado de Turismo, símbolo DAS-1.

Art. 3.º - A Empresa Paranaense de Turismo - Paranatur -, criada pela Lei n.5.948, de 27 de maio de 1.969, mantida a sua atual estrutura, passará a ser vinculada à Secretaria de Estado de Turismo.

Art. 4.º - Fica extinto o Conselho Paranaense de Turismo e, conseqüentemente, o mandato de seus membros.

Art. 5.º - O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa dias) da publicação desta lei, regulamentará, através decreto, o funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo.

Art. 6.º - Até que seja criado o quadro próprio de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo, o Poder Executivo fica autorizado a remanejar o pessoal necessário ao seu funcionamento.

Art. 7.º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

O motivo que nos leva a criar a Secretaria de Estado de Turismo é por vermos necessidade em expandir o mercado turístico do Estado do Paraná.

Há vários anos a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, vem desempenhando este papel, em dinamizar o turismo paranaense, mas entendemos que se criada uma Secretaria de Estado, tal qual outras da Federação, poderemos mais facilmente divulgar e promover o turismo no Paraná, com isso nossa cultura, as tradições e folclore.

Nosso Estado é um dos que possui maiores belezas no País, e não podemos ficar à mercê de apenas um pequeno órgão como divulgador desse potencial. Somos reconhecidos nacionalmente pelos traços naturais que o nosso Estado é cortado; das cidades históricas no sul; pelas belezas de nossas praias, como as

cataratas do Iguaçu, uma das dádivas que a natureza nos entregou, além de outras como Vila Velha.

O Paraná precisa, e o mais breve possível, voltar a ser um Estado de turismo, e só conseguirá reativar sua economia turística, se nos empenharmos e dermos condições para que aqui se tenha conforto e eficiência nos serviços ligados ao ramo.

Exatamente agora, quando a EMBRATUR vem divulgando o Brasil para os brasileiros e principalmente no exterior, temos que estar preparados para receber os turistas que sem dúvida virão conhecer e se encantar com a beleza natural que nosso Estado é possuidor. A Secretaria de Estado de Turismo virá facilitar um melhor entrosamento entre as empresas de turismo do País e do exterior, para a divulgação de nosso potencial turístico.

Teremos assim um reconhecimento maior no cenário nacional e internacional, e com isto sem dúvida as divisas tenderão a crescer.

O Turismo no Paraná deve ser explorado, mas de maneira organizada, consciente e acima de tudo satisfazendo os turistas que aqui nos visitarem; o que poderá ser feito pela Secretaria de Turismo, que descentralizará por todo o Paraná os nossos mais bonitos recantos de visita.

O Paraná é um Estado bonito, agradável de ser visitado, nós que o conhecemos, temos o dever, de paranaenses que somos, de divulgá-lo para todos e se assim o fizermos, estaremos dando mais empregos aos homens desta terra: a rede hoteleira se expandirá; o transporte aéreo e viário crescerão.

O Paraná é um Estado viável turisticamente, com a Secretaria de Turismo, reativaremos este potencial, o que será sem dúvida um grande passo para deixarmos o Paraná no lugar onde sempre deveria estar no cenário turístico, como sendo um dos lugares mais bonitos do País.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Voto em Separado ao Parecer

PROJETO DE LEI N.135/83

PARECER

O projeto de lei em epígrafe é manifestamente inconstitucional. Não se trata de projeto meramente autorizatório, pois já no art.1.º cria norma imperativa determinando a criação da Secretaria de Estado de Turismo.

O caráter pretensamente autorizatório desaparece novamente em decorrência do art.5.º que fixa um prazo de 90 dias para que o Poder Executivo, por via de decreto, regulemente a lei e determine o funcionamento da Secretaria.

O projeto, ainda, cria cargo gerando despesas.

Ante as normas constitucionais em vigor, somos pela rejeição do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente.

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.135/83

PARECER

O projeto de lei presentemente em análise, de autoria do nobre Deputado Ervin Bonkoski, visa dar condições à criação da Secretaria de Estado de Turismo, com finalidade de coordenar, promover e incentivar o turismo no Estado do Paraná.

Embora trate-se de matéria cuja iniciativa é de competência

cia exclusiva do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, conforme preceitua o art.47, da Constituição Estadual, financeiramente traria grandes benefícios ao Paraná, possibilitando - por intermédio da atração de crescente afluxo de turistas, nacionais e estrangeiros, maior arrecadação aos cofres públicos, consequência da dinamização de inúmeras atividades e prestações de serviços diretamente dependentes dessa modalidade de indústria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à criação da citada Secretaria, opinando pela aprovação na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1984.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

COMISSÃO DAS FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.135/83

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SET, com a finalidade de coordenar, promover e incentivar o turismo no Estado do Paraná.

§ Único - Caberá à S.E.T., no cumprimento de suas finalidades:

I - Planificação e execução da política de turismo do Estado do Paraná.

II - Programação de eventos e coordenação de sua realização;

III - Providenciar a planificação de campanhas que divulguem, no Brasil e no Exterior, as belezas naturais do Estado.

IV - Manter entendimentos com a indústria hoteleira do Paraná e demais Estados da Federação, visando a otimização de seu aproveitamento no desenvolvimento do turismo interno;

V - Outras atividades específicas da área de sua atuação.

Art.2.º - Fica criado o cargo em Comissão, da Secretaria de Estado de Turismo, símbolo DAS-1.

Art.3.º - A Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, criada pela Lei n.5.948, de 27 de maio de 1969, passará a integrar a Secretaria de Estado de Turismo.

Art.4.º - Fica extinto o Conselho Paranaense de Turismo e, consequentemente, o mandato de seus membros.

Art.5.º - Até que seja criado o quadro próprio de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo, o Poder Executivo fica autorizado a remanejar o pessoal necessário ao seu funcionamento.

Art.6.º - Dentro de 90 dias, contados da data da publicação da presente lei, o Poder Executivo regulamentará, através de decreto, o funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo.

Art.7.º - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de novembro de 1984.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator.

COMISSÃO DE TURISMO

PARECER:

O Deputado Ervin Bonkoski apresentou em Plenário projeto de Lei que recebeu o n.135/83 que "Autoriza do Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado de Turismo, com a finalidade de coordenar, promover, incentivar o Turismo no Estado do Paraná e dá outras providências".

Podemos constatar no processo em tela que a Comissão de

Constituição e Justiça através dos Pareceres exarados às fls.06, 07 e 08 apresentam opiniões diversas sobre a matéria. Cabe-nos porém, analisá-la sobre o aspecto "TURISMO", que nada mais é, segundo a atual conceituação generalizada pelo mundo, a ação de viajar em busca de recreação, lazer, descanso, cultura, conhecimentos de usos e costumes de cada povo e de cada região em si. É uma atividade que está, atualmente em crescente expansão e se feita de forma organizada pode representar um percentual bem elevado de divisas ao nosso Estado. Quando isto ocorre, em determinada região, exerce notável influência sobre a economia propiciando obras de infra-estrutura tais como: hotéis, restaurantes, rodovias, criação de meios de locomoção e novos estabelecimentos comerciais provocando com isto a criação de empregos e a preservação de valores regionais tão carente entre nós.

Em nosso Estado podemos citar como pontos turísticos, além daqueles existentes em nossa Capital, Foz do Iguaçu, Vila Velha, Guaíra, (hoje através do Lago Itaipú), Estrada da Graciosa, Estrada de Ferro da Serra do Mar, a própria Serra do Mar e tantos outros pontos que a cada dia que passa são descobertos através da própria população e através de concursos promovidos para este fim como o mais recente realizado pela Secretaria da Cultura e Esportes intitulado "Turismo para todos". No entanto, mister se faz, que se incrementalmente ainda mais o Turismo em nosso Estado, principalmente o Turismo Internacional que é aquele que mais divisas produz, não só ao Estado, e principalmente, ao País. Tanto é verdade que outros Estados do Brasil estão produzindo através da British Broadcasting Corporation - TV uma série de documentários de 50 minutos cada com a finalidade divulgarem seus pontos turísticos no exterior através do programa "Brasil, o Gigante Latino". Perguntamos: Por que, no programa não consta o Paraná? Seria pelo fato de não termos uma Secretaria de Turismo com representatividade suficiente junto à EMBRATUR, ou a quem de direito, para exigir que nossos pontos turísticos fossem, também, divulgados pela televisão inglesa em toda a Europa.

Pelo exposto somos de Parecer favorável à criação da Secretaria de Estado do Turismo para que se possa dar um maior atendimento ao Turismo em nosso Estado, haja vista que o mesmo hoje no Brasil é a terceira maior fonte de divisas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de março de 1985.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente;

DONATO GULIN - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 135/83

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, pretende autorizar o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado de Turismo, com a finalidade de coordenar, promover, incentivar o Turismo no Estado do Paraná e dá outras providências.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça, Turismo e Finanças, manifestaram-se favoravelmente à matéria, com emenda substitutiva da Comissão de Finanças.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, considerando a oportunidade do projeto de acordo com o relatado na justificativa, não poderíamos deixar de ser favorável à sua aprovação, na forma da emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Finanças.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1985.

(aa) PÉRICLES PACHECO - Presidente;

ODENI MONGRUEL - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.261/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO E OUTROS, que dá nova redação ao parágrafo 1.º do Art.5.º da Lei n.6.639, de 05/12/74, introduzido pela Lei n.7.771, de 13/12/83, na forma que especifica e dá outras providências. (Será computado para todos efeitos legais, pelo FEPPA, o tempo máximo de 4 anos). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado. (Publicado no D.A. 99/84, de 04/10/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 261/84

PARECER:

1 - O nobre Deputado Artagão Mattos Leão, através do presente plano, pretende alterar dispositivos da Lei n.6.639, de 05/12/74, que criou o Fundo Estadual de Previdência do Parlarmentar.

2 - Isso porque, na forma da legislação em vigor, é permitido aos Deputados Estaduais da legislatura em curso, computar o tempo de exercício de mandato federal, estadual ou municipal, até o máximo de 4 (quatro) anos, desde que recolha as contribuições mensais devidas fixadas em 14 por cento na base dos subsídios fixos mais variáveis, percebidos pelo Deputado Estadual por ocasião do recolhimento.

3. - Com o presente plano de lei, pretende-se alterar o § 1.º do art. 5.º da mencionada lei, a fim de estender essa possibilidade a todos os atuais Deputados Estaduais, já que alguns deles não preenchem os requisitos exigidos pela norma em vigor.

4. - Em última análise, portanto, a intenção é corrigir a distorção existente e, em nome do princípio constitucional da isonomia, permitir que todos os parlamentares da legislatura em curso possam usufruir de iguais direitos.

5. - Acresce notar que a direção do Fundo Estadual de Previdência do Parlarmentar já se manifestou favoravelmente a essa pretensão, conforme se consta do expediente anexo a este projeto de lei.

6. - Face ao exposto e sendo certo que este plano de lei é inequivocamente constitucional, opinamos pela APROVAÇÃO do mesmo.

Sala das Comissões,

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

IVAN GUBERT - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 384/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Des. JAMES PORTUGAL MACEDO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. 140/84, de 18/12/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 384/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito ao Desembargador JAMES PORTUGAL MACEDO.

Nos termos da detalhada justificativa apresentada pelo seu autor e dos demais dados anexados à Proposição em tela, temos que a matéria se encontra em consonância com os dispositivos legais normativos da legislação estadual pertinente, a qual seja, Lei n. 5.638, de 13/09/67, não havendo qualquer impedimento, que legal ou constitucional que possam obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente.

BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 46/85, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Paranavaí, Escola Técnico-Agrícola em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Técnico-Agrícola Heitor Alencar Furtado". Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. 25, de 11/4/85).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 46/85

PARECER

O nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, pretende com o presente projeto de lei, autorizar a criação do Colégio Agrícola na cidade de Paranavaí.

A matéria, embora possua elevado alcance Social, fere preceito constitucional.

Com efeito, o Art. 47 da Constituição do Estado do Paraná define com clareza a atribuição, visto que, a iniciativa em tais Projetos de Lei é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, apesar da justeza da medida proposta, vemo-nos constrangidos a manifestar o nosso parecer contrário ao projeto de lei em exame, com função do seu evidente vício de origem, pois a matéria é inconstitucional.

Somos, portanto, pela sua REJEIÇÃO.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente.

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 46/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Técnico-Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO, em Paranavaí.

Na verdade, trata-se de reapresentação de medida já apreciada por esta Casa de Leis e busca ir de encontro a uma justa e sentida reivindicação rural da Região Noroeste do Estado.

A matéria recebeu parecer contrário por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, visto a mesma chocar-se com preceito estabelecido em nossa Carta Magna Estadual.

Contudo, evidencia-se o elevado alcance social do referido projeto de lei, não só pela proposta em si, como também, pelo intenso e amplo apoio que a mesma vem recebendo, em

manifestação da Câmara Municipal de Paranavai e de 19 sindicatos rurais de toda àquela região de nosso Estado.

Assim, considerando que a sanção governamental pode corrigir os eventuais vícios de origem da matéria, manifestamos o nosso parecer favorável à semana, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1985.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente;

TADEU FRANÇA — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 78/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MOREIRA SALES, com sede em Moreira Sales e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 42, de 20/05/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 78/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado RUBENS BUENO, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MOREIRA SALES, com sede em Moreira Sales e foro no Município de Goioerê — Pr.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria — Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 84/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor JOSÉ SIMÕES DE PAIVA NETTO, diretor presidente da Legião da Boa Vontade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 43, de 21/05/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 84/85

PARECER:

A intenção do nobre Deputado Orlando Pessuti ao apresentar o presente plano de lei, é conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dr. José Simões de Paiva Netto.

No que é de responsabilidade desta Douta Comissão de Constituição e Justiça examinar, não existe qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o trâmite da matéria.

Por outro lado, vale salientar que a homenagem é plenamente justificada, fazendo justiça a um homem que além de radialista, jornalista e escritor, é o lúcido sucessor de Alziro Zarur no magnífico trabalho frente a L.B.V., multiplicando com o seu dinamismo o número de obras assistenciais, por todos os Estados e Territórios do Brasil e até, do Exterior.

A L.B.V., sob a Presidência do Dr. José Simões de Paiva Netto, é uma entidade assistencial que sem fanatismo, sem ideologia política e sem discriminação, assiste desde criança a idosos, dentro dos princípios da lei humana e da lei divina.

Só no Paraná, a L.B.V., conta atualmente, com 21 creches que atende cerca de duas mil crianças carentes, mantendo um trabalho de orientação básica, junto às mães, de educação, higiene, roupas etc.

Sobre seus trabalhos, diversas personalidades manifestaram suas opiniões. Dentre essas destacamos o Excelentíssimo Sr. Governador José Richa, que é agradecido pelo trabalho da L.B.V., principalmente na área assistencial. O Excelentíssimo Sr. Ulisses Guimarães. O inesquecível Presidente Tancredo Neves. O Excelentíssimo Sr. Divaldo Saruagy, Governador do Estado de Alagoas. Ney Braga, o Ex-ministro Hélio Beltrão e outros mais acham que o trabalho desenvolvido pela L.B.V. é muito importante para a humanidade.

Por isso e por tantas outras razões, manifestamos o nosso parecer favoravelmente ao projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 114/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 108/85), Anteprojeto de Lei autorizando o Poder Executivo a, mediante doação, fazer reverter ao patrimônio do Município de Laranjeiras do Sul, os lotes de terreno que especifica, doados ao Estado pelo referido Município, conforme transcrição n. 5596, do Livro 3—H, do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 57, de 17/06/85, mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 114/85

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar e reverter ao patrimônio do Município de Laranjeiras do Sul os lotes de terreno, doados ao Estado pelo referido Município, conforme transcrição n. 5.596, do Livro 3—H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

De acordo com a Mensagem que encaminha o Projeto de Lei, tal doação tem por finalidade atender, com a reversão dos lotes não utilizados pelo Estado, é edificar a “Casa da Cultura do Município”.

Legal e constitucional a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

AMÉLIA HRUSCHKA — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 125/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL DIOCESANA BOM SAMARITANO PROCOPENSE, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publicado no D.A. 64, de 26/06/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 125/85

PARECER:

O projeto de lei em pauta, de autoria do ilustre Deputado Rubens Bueno, tem por escopo declarar de Utilidade Pública a Ação Social Diocesana "Bom Samaritano" Procopense, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

A matéria já foi devidamente analisada anteriormente, quando se constatou a omissão do item IV, da Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Cumpridas, agora, todas as exigências legais, está o plano de lei em condições de continuar sua tramitação normal por esta Casa.

Por sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
HERMAS BRANDÃO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 132/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 130/85) que objetiva autorizar doação, ao Município de Coronel Vivida, da data de terreno n. 4, da Quadra n. 6, com área de 1.400,00 m², situada na sede do referido Município, com as edificações nela existentes, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

(Publicado no D.A. 68, de 01/08/85, mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 132/85

PARECER:

Por intermédio da Mensagem n. 130/85, do Poder Executivo Estadual, é encaminhado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 132/85, através do qual pretende-se doar, ao município de Coronel Vivida, a data de terreno n. 4, da quadra n. 6, com área de 1.400,00 m², situada na sede do município acima referido com as edificações nele existentes, objeto da Transcrição n. 9018, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Pato Branco.

A matéria em análise não fere preceito constitucional ou legal, merecendo, portanto, parecer favorável a sua aprovação por parte da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
TRAJANO BASTOS – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 148/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública o SERRA CLUBE CIDADE SORRISO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 70, de 06/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 148/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Edgard Pimentel, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o SERRA CLUBE SORRISO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a

documentação exigida pela legalidade pertinente a matéria Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 184/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 154/85) que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Especial, ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito – DETRAN, até o valor de Cr\$ 2.000.000.000 (DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade). **Aprovado.** (Publicado no D.A. 90, de 10/09/85, mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 184/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental, o presente plano de Lei tem por finalidade a abertura de Crédito Especial ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito – DETRAN, para os fins que especifica.

A matéria está plenamente justificada e encontra o devido amparo legal e constitucional, não havendo qualquer óbice que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
EZEQUIAS LOSSO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 184/85

PARECER:

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir Crédito Suplementar que especifica, visando alterar o Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito – DETRAN.

Sobre a matéria houve pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente a a proposição, quanto ao seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face a disponibilidade constante da justificativa que acompanha a mensagem.

Nestas condições e considerando que o presente plano de lei encontra-se de todas as formalidades legais, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
HOMERO OGUIDO – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 207/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CECÍLIO DO REGO ALMEIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 93, de 16/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 207/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente plano de lei tem por finalidade a outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CECÍLIO DO REGO ALMEIDA.

O presente está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638 de 13/09/67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA – Relator.

O SR. PRESIDENTE – (Aníbal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Samuel Milléo, ocorrido no dia 18 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando do voto de pesar pelo falecimento do Dr. Clyceu Carlos de Macedo, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Clyceu Carlos de Macedo, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lídia Henemberg Fanchin, ocorrido no dia 25 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Samuel Milléo, ex-Prefeito Municipal de Pirai do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Natálio Ribas, ocorrido no dia 19 de novembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Mai Fair Perini, ocorrido no dia 17 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cyrillo Domingos Ricci, ocorrido no dia

20 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 15.^o aniversário da Fundação Faculdade de Agronomia – Luiz Meneghel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada e arquivamento do Projeto de Lei n. 11/84, da pauta dos trabalhos desta Casa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 189/85, de sua autoria, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Dino José Bronze de Almeida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 127/85, de sua autoria, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Daniel Borges dos Reis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando REGIME DE URGÊNCIA e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Resolução ns. 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123 e 124/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando REGIME DE URGÊNCIA e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n. 199, 200, 201, 203, 213, 220, 226, 230, 233, 236, 239, 240, 247, 264 e 270/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, com o apoio do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 184/85, oriundo da mensagem governamental n. 154/85 e que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Especial, ao Orçamento Próprio do Departamento de Trânsito – DETRAN até o valor de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 285/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 199/85, objetivando modificações de pessoal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 285/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 199/85, que tem por objetivo assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6508/73 e Decreto n. 5012/74. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 273/85, que tem por objetivo denominar de José Adamowicz o trecho da Rodovia PR-239, compreendido entre os municípios de Cândido de Abreu e Reserva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto

Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei n. 151, 154, 157, 161, 172, 176, 186, 190, 196 e 198/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Presidente da República, encarecendo a nomeação do magistrado paranaense doutor Milton Luiz Pereira, para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, para o qual foi indicado em lista tríplice elaborada por aquela Corte Superior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Radio Capanema, Rádio Clube de Realeza, Rádio Entre Rios de Santo Antônio do Sudoeste e Rádio Ampére, bem como à TV Tarobá de Cascavel e à TV Paranaense Canal 12, desta Capital, pelos trabalhos de acompanhamento e divulgação realizados durante as eleições e conseqüente apuração, nos municípios da fronteira do Sudoeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Comandante do 3.º Batalhão da Polícia Militar do município de Pato Branco, pelo excelente trabalho efetuado na segurança das eleições realizadas nos municípios da fronteira do Sudoeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado ontem pelo jornal "Tribuna da Cidade", no município de Apucarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a instalação de um Posto da Agência de Cianorte na Vila Operária, naquele município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a criação da Universidade de Umuarama, no município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a continuidade das obras de ampliação da rede de abastecimento de água no Jardim Santa Cruz, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a continuidade das obras de ampliação da rede elétrica no Jardim Santa Cruz, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine junto à FUNDEPAR, repa-

ros na Escola Paulo VI – Ensino de 1.º Grau, do município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, visando autorização a nível de agência do INAMPS do município de Campo Mourão, o número de 1.730 internamentos/mês (hospitalar), utilizando o critério para cálculo de "média mensal" e não "teto mensal". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações às Casas Felipe, pela inauguração de sua loja nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo um levantamento do número real de vagas ora existentes para a promoção de concurso público de ingresso de pessoal no Quadro Próprio do Magistério previsto para o primeiro semestre de 1986. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário do Planejamento e Governador do Estado, visando a implantação da 18.ª Microrregião Administrativa, com sede no município-pólo de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, Governadores de Estado, Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados, Presidentes Nacionais dos Partidos Políticos e Presidentes Estaduais dos Partidos Políticos, encarecendo seja iniciada uma campanha para recadastramento de eleitores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a instalação de um módulo policial no Núcleo Habitacional "Monteiro Lobato", no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a ampliação da central de telefones no Jardim Paraíso, no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Bandeirantes de Televisão e sua apresentadora Marília Gabriela, em razão do Programa Especial "Os Novos Prefeitos". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo informações de quantos eleitores foram transferidos para Curitiba e para os demais municípios que realizaram eleições no dia 15 de novembro do corrente ano. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) – Para discutir, Se-

nhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de aplauso aos organizadores da II FRICESP — Feira Regional da Indústria, Comércio e Serviços Públicos do município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando a criação e instalação de um Colégio Agrícola no município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei n. 151, 154, 157, 161, 172, 176, 186, 190, 196, 198 e 225/85; e 219/84

2.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei n. 261 e 384/84; 46, 78, 84, 114, 125, 132, 148, 184 e 207/85

1.^a DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei Complementar n. 241 e 242/85;

e dos Projetos de Lei n. 199, 200, 201, 203, 213, 220, 226, 230, 233, 236, 237, 239, 240, 247, 264 e 270/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RUBENS BUENO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 1985.

O MELHOR PROFESSOR-CANDIDATO

A comunidade escolar do Estado elege hoje os diretores das escolas estaduais. Em Apucarana, vinte estabelecimentos estarão se mobilizando nesse sentido, alguns em campanha, outros não. De qualquer forma, a participação de todos é tão necessária quanto importante, porque cada diretor eleito terá maior responsabilidade em fazer jus à confiança que lhe foi depositada. Em princípio, todos professores podem ser votados,

desde que se desincompatibilizem hoje, 24 horas antes do pleito.

O melhor professor candidato a ser eleito deve ser aquele que, durante seu trabalho diário, demonstra respeito pela inteligência da comunidade escolar em que milita. Aquele que se faz respeitar sem atemorizar o aluno ou aquele que em campanha não intimida com esgares fantasmagóricos, ridiculamente apocalípticos, com linguagem que ninguém fala, nem entende, numa excentricidade histriônica fora de tempo e de espaço.

O mais votado deverá ser aquele que não procura transformar alunos, pais de alunos, colegas e funcionários em consumidores de desodorante. Que não seja apenas o "bom mocinho" em sala de aula, mas que no fundo é de um facismo tal que não concede espaço à participação de todos. Apenas se faz de "bonzinho" para ser simpático e ganhar votos.

O melhor professor-candidato a diretor de escola é aquele que representa a supremacia da modernidade sobre o arcaísmo, da racionalidade sobre o radicalismo educacional. Aquele que evolui, superando o patriarcalismo autoritário, libertando-se de múltiplos preconceitos ainda existentes nos bastidores do ensino.

O melhor diretor eleito deverá ser aquele que se situa no ponto de confluência das forças que operam pelo restabelecimento da democracia participativa nas escolas. Deverá ser aquele que representa a liderança compensativa aos objetivos da educação. Deverá ser aquele que não sacrifica sua autenticidade para ganhar popularidade, mostrando-se diferente do que realmente é para conquistar votos, revelando-se mais como peirito em dissimulação do que professor autêntico.

Melhor diretor será aquele que fica na melhor posição estratégica para cuidar dos problemas da escola que vai dirigir, com autoridade para conseguir benefícios ao estabelecimento. Aquele que apresentou melhores propostas administrativas a serem cumpridas em dois anos, não quem prometeu o impossível com promessas acima das suas atribuições.

O melhor candidato para ser mais votado à direção de uma escola amanhã, acima de tudo deverá ser aquele que demonstra mais sensibilidade em relação aos que o circundam, com tino administrativo e que, por isso, precisa ser eleito.